



# Relatório Anual de Resultados

## 2021



MINISTÉRIO DE  
MINAS E ENERGIA





## RELATÓRIO ANUAL DE RESULTADOS 2021



*A Empresa de Pesquisa Energética é uma empresa pública, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, e instituída nos termos da Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004. A EPE tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras.*

### Empresa de Pesquisa Energética - EPE DIRETORIA

#### EXECUTIVA

##### Presidente

Thiago Vasconcellos Barral Ferreira

##### Diretor de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais

Giovani Vitória Machado

##### Diretor de Estudos de Energia Elétrica

Erik Eduardo Rego

##### Diretora de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis

Heloisa Borges Bastos Esteves

##### Diretora de Gestão Corporativa

Angela Regina Livino de Carvalho

### Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos - CGR

Elzencleaver Freitas de Aguiar – Gestor

José Ricardo de Moraes Lopes – Analista de Pesquisa Energética

Sergio Lucio G. Miranda – Analista de Gestão Corporativa

João Pedro Mercês de Oliveira – Estagiário

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

#### Membros do Conselho de Administração

##### Presidente

Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior

##### Membros do Conselho de Administração

Bruno Rodamilans Lowe Stukart

Mario Jorge Daher

Paulo Cesar Magalhães Domingues

Rafaella Peçanha Guzela

Thiago Vasconcellos Barral Ferreira

### CONSELHO FISCAL

#### Membros do Conselho Fiscal. Presidente

Maurício de Oliveira Abi-Chahin

#### Membros do Conselho Fiscal

Luís Felipe Monteiro Serrão

Edson Antônio da Costa Neres

### COMITÊ DE AUDITORIA

#### Presidente

Herbert Adriano Quirino dos Santos

#### Membros do Comitê de Auditoria

Joaquim Rubens Fontes Filho

Luís Carlos Da Conceição Freitas

### Membros do Comitê de Riscos (CGRIC-X)

Elzencleaver Freitas de Aguiar – Presidente CGRIC-X/PR

José Ricardo de Moraes Lopes – Secretário Geral do CGRIC-X/PR

Mariana Assis Espécie – Chefe de Gabinete/

Elisângela M. de Almeida – Superintendente da SMA/DEA

Mariana Gonçalves de Azevedo Pacheco – Superintendente-Adjunta da SRF/DGC

Gustavo Naciff de Andrade – Superintendente-Adjunto da SEE/DEA

Claudia E. C. Bento – Superintendente-Adjunta da STI/DGC

Carlos Henrique Brasil de Carvalho – Assessor/PR

Deise dos Santos Trindade Ribeiro – Gab/DPG

Fábio de Almeida Rocha – STE/DEE

Guilherme Fialho - DEE/SEG

Joana D'arc de França Cordeiro – SGE/DEE

Lauro Damasceno – LIC/DGC

Luisa D. Ferreira Alves – CONJUR/PR

João Pedro Mercês de Oliveira – Estagiário Marcelo

Mendes de Brito Fernandes – SGP/DGC

Marcelo H. Cayres Loureiro – SEE/DEA

Marilene Dias Gomes Motta – SMA/DEA

Regina Freitas Fernandes – SPG/DPG



## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>4</b>
<b>2 PRINCIPAIS RESULTADOS</b> .....	<b>6</b>
<b>3 DETALHAMENTO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>7</b>
3.1 GESTÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA NORMATIVO .....	7
3.2 NOVA MATRIZ DE RISCOS ESTRATÉGICOS .....	7
3.3 APROVAÇÃO DA CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA – EDIÇÃO 2021 .....	10
3.4 QUALIFICAÇÃO DA EPE NO PROCESSO EMPRESA PRÓ ÉTICA .....	10
3.5 REVISÃO, APERFEIÇOAMENTO E APROVAÇÃO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE .....	11
3.6 REVISÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE INTEGRIDADE .....	12
3.7 INDICADORES DE GOVERNANÇA .....	13
3.7.1 5º Ciclo IG-SEST .....	13
3.7.2 Processo de fiscalização do TCU - Indicador IGG 2021 .....	15
3.8 ANÁLISE DE AUDITORIA DA TRANSPARÊNCIA NO SITE INTERNET .....	15
3.9 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS .....	17
3.9.1 Diagnóstico do sistema Normativo .....	17
3.9.2 Automação do Planejamento Estratégico Institucional, Indicadores, Gestão de Riscos e Controles Internos .....	18
3.10 COMBATE À CORRUPÇÃO .....	18
3.11 CONFORMIDADE COM A LGPD .....	19
3.12 MONITORAMENTO DOS PLANOS DE TRATAMENTO - NOVA MATRIZ DE RISCOS ESTRATÉGICOS .....	20
3.12.1 Detalhamento das Ações Estratégicas Executadas .....	22
3.12.2 Plano de Tratamento considerando a Atual Conjuntura Hídrica .....	24
3.12.3 Impactos da Lei nº 14.182/2021 .....	27
3.12.4 Demais Planos de Tratamento que se destacaram em 2021 .....	28
3.13 SÍNTESE DO PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS .....	30
3.13.1 Levantamento dos Riscos junto às áreas e Superintendências da Empresa .....	30
Mapas de Calor .....	31
3.13.2 Análise de Riscos de Tecnologia da Informação-TI/Segurança da Informação e das Comunicações-SIC .....	33
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>35</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Resultados do ano de 2021 registra os principais resultados decorrentes da atuação da Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos (CGR) referente ao ano de 2021. Esta tarefa foi realizada atendendo às Políticas de Gestão de Riscos (PDG-COA-008) e de Controles Internos da Gestão e de Conformidade (PDG-COA-009) da Empresa, aprovadas desde 16 de dezembro de 2016 pelo Conselho de Administração e observando as competências da área presentes no novo Estatuto Social da Empresa.

De acordo com o Artigo nº 125 do Estatuto Social, aprovado na 8ª Assembleia Geral Extraordinária, desde 18 de dezembro de 2020 compete à área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos – CGR as seguintes designações:

I - **Propor** políticas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos para a Companhia, as quais deverão ser periodicamente revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, e comunicá-las a todo o corpo funcional da organização;

II - **Verificar** a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços da Companhia às leis, normativos, políticas e diretrizes internas e demais regulamentos aplicáveis;

III - **Comunicar** à Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria a ocorrência de ato ou conduta em desacordo com as normas aplicáveis à Companhia;

IV - **Verificar** a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflitos de interesse e fraudes;

V - **Verificar** o cumprimento do Código de Conduta e Integridade, conforme art. 18 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, bem como promover treinamentos periódicos aos empregados e dirigentes da Companhia sobre o tema;

VI - **Coordenar** os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que está sujeita a Companhia;

VII - **Coordenar** a elaboração e monitorar os planos de ação para mitigação dos riscos identificados, verificando continuamente a adequação e a eficácia da gestão de riscos;

VIII - **Estabelecer** planos de contingência para os principais processos de trabalho da organização;

IX - **Elaborar** relatórios periódicos de suas atividades, submetendo-os à Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria;

X - **Disseminar** a importância da Conformidade e do Gerenciamento de Riscos, bem como a responsabilidade de cada área da Companhia nestes aspectos;

XI - **Atuar** direta e indiretamente na implementação, coordenação e monitoramento das políticas e procedimentos de integridade na organização;

XII - **Exercer** outras atividades correlatas definidas pelo presidente da Companhia, e;

XIII - **Exercer** quaisquer outras atribuições estabelecidas pela legislação.

Parágrafo único. Serão enviados relatórios trimestrais ao Comitê de Auditoria sobre as atividades desenvolvidas pela Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos.

Como é de conhecimento de todos os colaboradores da EPE, a Gestão de Riscos é essencial para que se possa garantir um ambiente de trabalho salutar e de tomada de decisões racionais, que levem em conta todas as especificidades da Empresa.

Deve-se destacar o fato de que o trabalho de Gestão de Riscos não é atividade exclusiva da CGR, sendo essencial que todo o corpo de funcionários esteja envolvido para que os resultados sejam monitorados, corrigidos e otimizados.

Salienta-se também que os projetos conduzidos pela área garantem e reforçam o alinhamento com o novo ciclo do Planejamento Estratégico (2021-2025) vigente, por meio de ações e atividades que buscam cumprir o Objetivo Estratégico “Fortalecer a cultura de governança, visando a consolidação da gestão estratégica, de riscos e integridade, em consonância com as diretrizes governamentais e as melhores práticas do mercado”.

Portanto, é de grande importância que haja comunicação entre a CGR e os demais empregados da Empresa sobre as atividades exercidas e o que deve ser feito para melhorar o funcionamento das atividades. É com este objetivo que preparamos o presente Relatório Anual de Resultados 2021 da CGR.

## 2 PRINCIPAIS RESULTADOS

Na Figura 1 abaixo, observam-se os principais resultados exercidos pela área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos - CGR, no ano de 2021:

Nova Matriz de Riscos Estratégicos	Aprovação da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa – Edição 2021	Qualificação da EPE no processo Empresa Pró Ética	Revisão, Aperfeiçoamento e Aprovação do Programa de Integridade
Revisão e Aprovação do Plano de Integridade	5º Ciclo IG-SEST	Processo de Fiscalização do TCU - Indicador IGG 2021	Análise da auditoria de transparência no Site Internet
Diagnóstico do Sistema Normativo	Automatização do Planejamento Estratégico, Análise de Riscos e Controles Internos	Combate à Corrupção	Conformidade com a LGPD
Monitoramento dos Planos de Tratamento - Nova Matriz de Riscos Estratégicos	Detalhamento das Ações Estratégicas Executadas	Planos de Tratamento considerando a Atual Conjuntura Hídrica	Impactos da Lei no 14.182/2021

Figura 1 - Principais entregas em 2021.

### 3 DETALHAMENTO DOS RESULTADOS

#### 3.1 Gestão e Operação do Sistema Normativo

No início de 2021 a área de CGR recebeu a incumbência de efetuar a gestão e operacionalização da estrutura do Sistema Normativo da EPE. O sistema foi aprovado inicialmente em 2014, tendo sofrido uma primeira atualização em 2019. Dessa forma, salientamos que foram emitidos 9 pareceres ao longo do ano, que compuseram o processo de aprovação dos instrumentos normativos denotados abaixo.

Procedimento para elaboração do Relatório de Informações Processuais para Contingência

Norma de Acordo Judicial

Política de Porta-vozes

Política de Divulgação de Informações Relevantes

Política de Transações com Partes Relacionadas

Regulamento para Estabelecimento de Acordo de Cooperação

Política de Contratações

Norma de Pagamentos

Norma de Viagens

#### 3.2 Nova Matriz de Riscos Estratégicos

No 1º quadrimestre de 2021 foi aprovada a Nova Matriz de Riscos Estratégicos da EPE. A Matriz é resultado da avaliação detalhada do relatório final fornecido pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, contendo os aspectos e informações mais relevantes do processo de condução das oficinas visando a construção colaborativa da matriz de riscos estratégicos da Empresa de Pesquisa Energética - EPE. Foram identificados os riscos concernentes ao

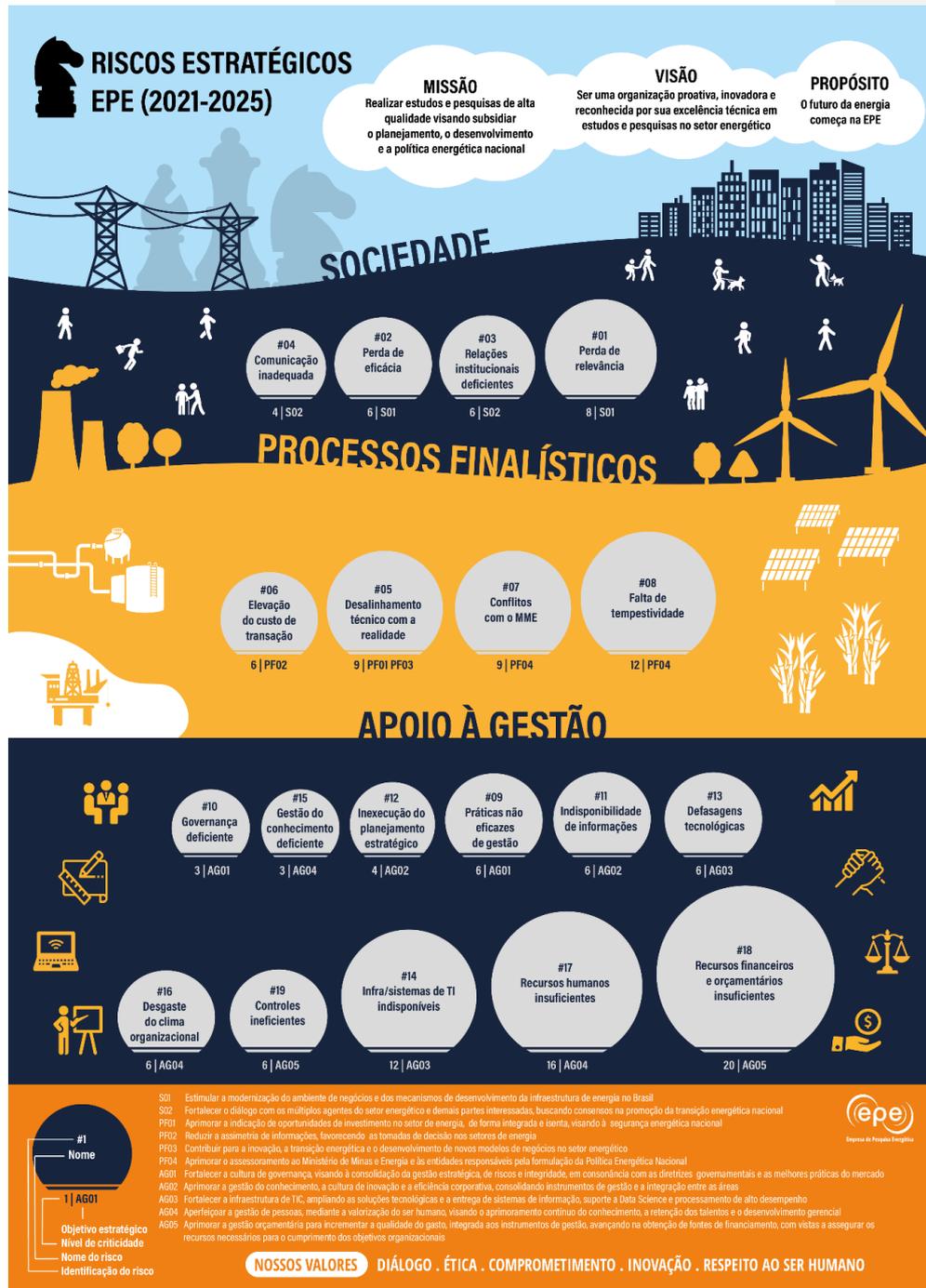


atingimento dos objetivos estratégicos contidos no ciclo vigente do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) e, na sequência, o conjunto de causas levantadas, consequências, controles, planos de contingência, planos de tratamento, indicação inicial de responsáveis, datas e prazos. As oficinas ocorreram no período de 15 de setembro a 22 de outubro de 2020 e observaram as atividades contidas no Plano de Trabalho.

No final de 2020 e no início de 2021 ocorreram debates internos, envolvendo todas as diretorias e superintendências e que culminou na revisão e aperfeiçoamento do documento, dispondo todas as informações pertinentes à nova matriz de riscos estratégicos da EPE.

A Matriz recebeu manifestação favorável pela Diretoria Executiva durante sua 598ª reunião, realizada em 29 de março de 2021 e foi finalmente aprovada pelo Conselho de Administração da empresa, em sua 202ª reunião, realizada em 16 de abril de 2021.

Segue infográfico resumo do trabalho denotando a forte ligação com o Planejamento Estratégico Institucional e o trabalho realizado para a gestão dos riscos intrinsecamente ligados a cada Objetivo Estratégico.



S01 Estimular a modernização do ambiente de negócios e dos mecanismos de desenvolvimento da infraestrutura de energia no Brasil  
 S02 Fortalecer o diálogo com os múltiplos agentes do setor energético e demais partes interessadas, buscando consensos na promoção da transição energética nacional  
 PF01 Aprimorar a indicação de oportunidades de investimento no setor de energia, de forma integrada e isenta, visando à segurança energética nacional  
 PF02 Reduzir a assimetria de informações, favorecendo as tomadas de decisão nos setores de energia  
 PF03 Contribuir para a inovação, a transição energética e o desenvolvimento de novos modelos de negócios no setor energético  
 PF04 Aprimorar o assessoramento ao Ministério de Minas e Energia e às entidades responsáveis pela formulação da Política Energética Nacional  
 AG01 Fortalecer a cultura de governança, visando à consolidação da gestão estratégica, de riscos e integridade, em consonância com as diretrizes governamentais e as melhores práticas do mercado  
 AG02 Aprimorar a gestão do conhecimento, a cultura de inovação e a eficiência corporativa, consolidando instrumentos de gestão e a integração entre as áreas  
 AG03 Fortalecer a infraestrutura de TIC, ampliando as soluções tecnológicas e a entrega de sistemas de informação, suporte a Data Science e processamento de alto desempenho  
 AG04 Aperfeiçoar a gestão de pessoas, mediante a valorização do ser humano, visando o aprimoramento contínuo do conhecimento, a retenção dos talentos e o desenvolvimento gerencial  
 AG05 Aprimorar a gestão orçamentária para incrementar a qualidade do gasto, integrada aos instrumentos de gestão, avançando na obtenção de fontes de financiamento, com vistas a assegurar os recursos necessários para o cumprimento dos objetivos organizacionais

### 3.3 Aprovação da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa – Edição 2021

A Carta anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa 2021 foi aprovada pelo Conselho de Administração por meio da DCA nº 01/203ª, em 14 de maio de 2021. O processo de construção da minuta inicial contou com a participação da CGR e da Chefia de Gabinete da Presidência. Lembramos que a Carta demonstra, com elementos objetivos, a total aderência das atividades e dos resultados alcançados pela EPE junto aos objetivos da política e da governança pública vigente, especialmente em sua dimensão com relação à política energética vigente do país, onde a EPE subsidia o MME no planejamento energético.



Também são divulgadas informações relevantes relativas às atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração, além de descrever a estrutura de governança da empresa. Buscou-se, nesse projeto, atender aos marcos legais e, também, às boas práticas de governança pública e corporativa.

### 3.4 Qualificação da EPE no processo Empresa Pró Ética



A RD nº 01/579ª de 30/11/2020 designou a área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos – CGR para a condução das ações necessárias para inscrição da EPE no processo Empresa Pró- Ética 2020-2021 e para a realização da adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção. No 1º quadrimestre de 2021 ocorreu o término da fase de avaliação inicial do processo, em que a EPE logrou êxito na etapa e recebeu comunicado da CGU, informando que estávamos aptos a passarmos para a próxima fase, que diz respeito a uma análise detalhada de nosso programa de integridade.

A EPE recebeu o resultado do processo no último quadrimestre de 2021. Contudo, a nota obtida não foi suficiente, para obtenção do selo, neste ciclo. Como um marco positivo, a EPE recebeu relatório com uma avaliação independente do Programa de Integridade, com os direcionadores dos possíveis pontos de melhoria.

Lembramos que o projeto “Empresa Pró Ética 2020-2021” consiste em uma iniciativa de fomento à integridade empresarial, promovida pela Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção - STPC da Controladoria-Geral da União - CGU, com apoio de instituições parceiras, que busca incentivar as empresas brasileiras e as multinacionais que atuam no Brasil a implementar, de forma voluntária, medidas para prevenir, detectar e remediar atos de corrupção e fraude, bem como para promover uma cultura organizacional de integridade.

### 3.5 Revisão, Aperfeiçoamento e Aprovação do Programa de Integridade



O novo Programa de Integridade da EPE foi aprovado pelo Conselho de Administração por meio da DCA nº 05/204<sup>a</sup>, em 18 de junho de 2021. Vale lembrar que um Programa de Integridade é o conjunto de medidas e ações institucionais voltadas para a prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes e atos de corrupção. Em outras palavras, é uma estrutura de incentivos organizacionais que visa a orientar e guiar o comportamento dos agentes públicos de forma a alinhá-los ao interesse público.

A primeira versão do Programa de Integridade da EPE foi aprovada por meio da RD nº 01/458<sup>a</sup>, de 11 de junho de 2018. Contudo, de lá para cá foram elaboradas/desenvolvidas várias ações de aperfeiçoamento, até mesmo como resultado da execução das ações contidas no Plano de Integridade da empresa e das ações constantes no Plano Diretor Institucional voltadas ao fomento à

cultura de governança, riscos, integridade e controles internos. Todos estes aperfeiçoamentos e complementações precisavam ser inseridos no Programa.

Dessa forma, além de observar o disposto em toda legislação inerente ao assunto, a elaboração e aprovação de uma nova versão do Programa de Integridade da EPE contribuiu para o atingimento do objetivo estratégico “Fortalecer a cultura de governança, visando à consolidação da gestão estratégica, de riscos e integridade, em consonância com as diretrizes governamentais e as melhores práticas do mercado”, constante no ciclo do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) atual, denotando a importância do tema para a empresa. O Programa também colabora para o cumprimento de diretrizes constantes da Política de Controles Internos da Gestão e de Conformidade (PDG-COA-009) e da Política de Integridade (PDG-COA-011).

### **3.6 Revisão e Aprovação do Plano de Integridade**

A versão vigente do Plano de Integridade da EPE foi aprovada pela Diretoria Executiva da EPE, por meio da RD nº 01/485<sup>a</sup>, em 18 de dezembro de 2018. O Plano de Integridade é o conjunto de medidas organizado de maneira sistêmica em um documento único, com a finalidade de prevenir, detectar e remediar as ocorrências de quebra de integridade na EPE.

Desde sua aprovação, em dezembro de 2018, até o momento, aconteceram diversos fatos marcantes, tanto a nível de evolução na legislação quanto nas boas práticas de governança e gestão, assim como do próprio ciclo do Planejamento Estratégico Institucional. Dessa forma, tornou-se relevante e necessário revisar o Plano de Integridade da EPE. O Conselho de Administração da EPE aprovou uma nova versão do referido plano em 10 de dezembro de 2021, por meio da DCA nº 07/211<sup>a</sup>.

O Plano contém o mapeamento de todos os riscos relacionados à integridade, trazendo também as ações que devem ser implementadas para a sua mitigação. Nesse novo ciclo mantiveram-se os 09 riscos de integridade identificados desde a primeira versão, atualizando-se o conjunto de ações para mitigação, assim

como o conjunto de controles internos existentes e correlacionados a cada risco. Destacamos o processo de monitoramento do plano como um importante compromisso com a nossa missão, nossos valores e nossos objetivos estratégicos.

Na figura a seguir destacamos os 09 riscos levantados e seus respectivos níveis de criticidade, onde o nível alto encontra-se demarcado em vermelho, o de nível médio em amarelo e os riscos classificados como nível baixo em verde.

R1 - Nepotismo	R2 - Assédio Moral e Sexual	R3 - Vazamento de Informação
R4 - Abuso de Posição ou de poder em favor de interesses privados	R5 - Conflito de Interesses	R6 - Solicitação ou recebimento de propina/pagamento
R7 - Exercer pressão ilegal ou antiética para influenciar agente público/privado	R8 - Falhas na apuração de responsabilidades funcionais	R9 - Fraude e Corrupção

[Link do Plano de Integridade da EPE](#)

### 3.7 Indicadores de Governança

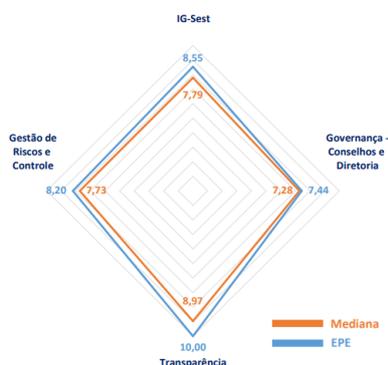
#### 3.7.1 5º Ciclo IG-SEST

Em cerimônia realizada em 01 de dezembro de 2021 pelo Ministério da Economia, a EPE recebeu o certificado referente ao 5º Ciclo de avaliação do indicador IG-SEST. Dentre as 60 empresas estatais participantes, somente 31 foram certificadas. A EPE foi classificada no nível 2, com **nota global 8,55**. Além disso, a EPE obteve pontuações acima da mediana para todos os temas avaliados.



O IG-SEST é o indicador utilizado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) para estimular a implementação e o desenvolvimento de boas práticas de governança nas empresas estatais.

Além da avaliação do cumprimento de diversos dispositivos legais, infralegais e de boas práticas aplicáveis às empresas, principalmente no que se refere a Lei 13.303/2016, ao Decreto nº 8945/2016 e às resoluções CGPAR, o 5º ciclo do IG-SEST incorporou itens relacionados às diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ao novo estatuto modelo elaborado pela Sest e a recomendações de outras entidades e órgãos como a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).



A Empresa de Pesquisa Energética atendeu plenamente a 78,0% dos itens do questionário.



Atendidos: 78,0%

Parcialmente atendidos: 8,0%

Não atendidos: 10,0%

Não aplicáveis: 4,0%

### 3.7.2 Processo de fiscalização do TCU - Indicador IGG 2021

Em maio de 2021 teve início processo de fiscalização do TCU visando a coleta de dados das organizações jurisdicionadas sobre governança organizacional e gestão públicas (trabalho conhecido como iGG1). O trabalho foi realizado por meio de questionário eletrônico, que deveria ser respondido dentro do prazo estipulado, no novo sistema e-Governança do TCU.

O trabalho contou com uma ampla participação de diversas áreas da empresa diretamente afetadas pelo processo de fiscalização.

No 3º quadrimestre de 2021 a empresa recebeu, por parte do TCU, o relatório de resultados denotando os principais avanços da EPE e os possíveis pontos de melhoria a serem trabalhados. A CGR irá conduzir um processo de análise junto às demais áreas da empresa, para especificar os possíveis planos de ação necessários, visando a aperfeiçoar ainda mais seu processo de governança corporativa.

### 3.8 Análise de Auditoria da transparência no Site Internet

Em dezembro de 2021 a EPE recebeu relatório personalizado do TCU referente aos resultados do processo fiscalização realizada pelo TCU entre 2019 e 2020

<sup>1</sup> Índice integrado de governança e gestão públicas que representa todas as práticas avaliadas nos questionários de governança e de gestão, nos processos de fiscalização realizados sobre o TCU sobre esse tema.

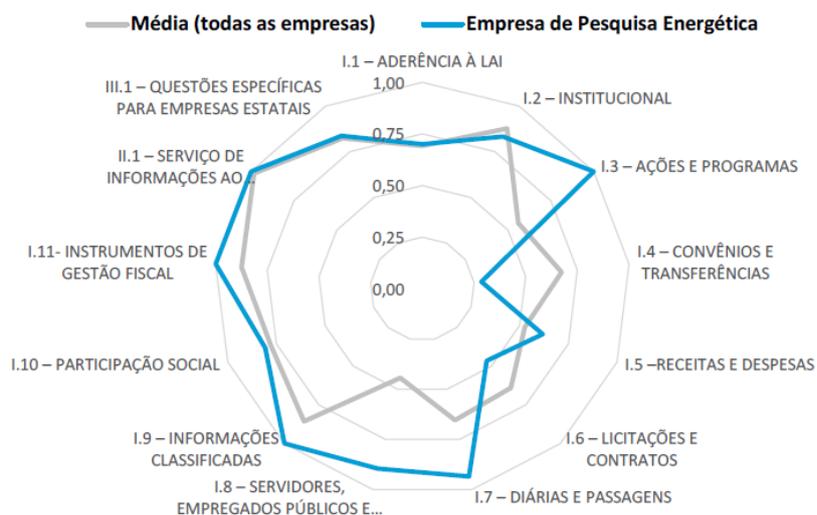
para avaliar a conformidade das empresas estatais aos critérios e boas práticas de transparência (TC 008.538/2020-4, Acórdão 2.647/2020-TCU-Plenário e TC 015.971/2021-0, Acórdão 2.726/2021-TCU-Plenário).

Esta fiscalização é a segunda iniciativa do TCU para aferir a transparência dos portais eletrônicos das empresas estatais. O primeiro ciclo ocorreu em 2016. Em função das alterações normativas ocorridas desde 2016, a equipe de fiscalização desenvolveu novo questionário de avaliação contendo, ao todo, 203 itens de verificação, classificados em treze grupos, para conduzir o processo de respostas e para propiciar análise de cada tema afeto à transparência.

No período de julho a novembro de 2020, a equipe de fiscalização conferiu integralmente as respostas a cada um dos itens de verificação para o conjunto de todas as empresas fiscalizadas (56 empresas estatais), ou seja, houve checagem, pelos auditores, das informações de transparência disponibilizadas em todos os 56 sítios eletrônicos. Salientamos que de novembro de 2020, até o final de 2021 as informações constantes do portal da EPE foram atualizadas e aperfeiçoadas, devido a outros processos de fiscalização e avaliação. Dessa forma, entendemos que os números apresentados neste trabalho de fiscalização encontram-se hoje superados por um melhor resultado da EPE, conforme demonstrados na própria avaliação do indicador IGG 2021, no tema Transparência.

O gráfico abaixo apresenta os índices apurados para a empresa em cada grupo temático comparativamente aos valores das médias, ao se considerar o conjunto de todas as empresas estatais avaliadas.

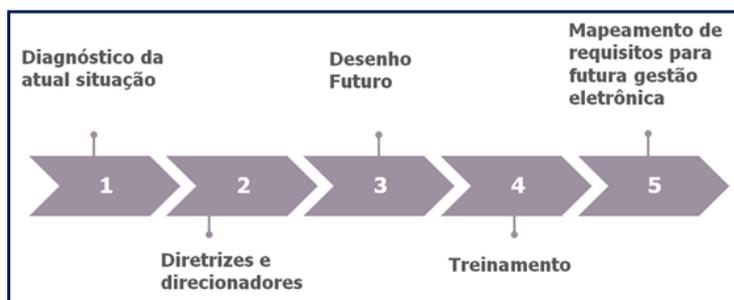
### ÍNDICES DA EMPRESA EM CADA DIMENSÃO DA TRANSPARÊNCIA



## 3.9 Contratação de Serviços Especializados

### 3.9.1 Diagnóstico do sistema Normativo

A área de CGR executou processo de contratação de consultoria para fins de realização de diagnóstico do sistema normativo da EPE. O sistema normativo da empresa foi aprovado em 2014 e tem operado desde essa época, mas torna-se necessária sua revisão. O projeto caracteriza-se pelo seguinte conjunto de entregáveis:



A Execução plena dessa contratação está prevista para acontecer no início de 2022 culminando com a indicação de um novo Sistema Normativo, atualizado e apto a atender às necessidades da EPE. Salientamos que o Sistema Normativo da EPE é um importante Controle Interno que colabora com a Governança Corporativa.

### **3.9.2 Automatização do Planejamento Estratégico Institucional, Indicadores, Gestão de Riscos e Controles Internos**

Além da contratação do Diagnóstico do Sistema Normativo, a CGR e a Assessoria de Transformação Organizacional da presidência deram continuidade ao trabalho para composição do processo de aquisição do ERP de Governança, de forma a automatizar e permitir uma evolução de eficiência e eficácia na operacionalização dos trabalhos relacionados à gestão do Planejamento Estratégico Institucional, do Plano de Negócios e seus respectivos conjuntos de indicadores, assim como dos trabalhos relacionados à gestão de riscos, dos controles internos e das ocorrências de não conformidades. O pregão eletrônico ocorreu no final de 2021 e a implementação das ações para execução do contrato deve ocorrer no início de 2022.

### **3.10 Combate à Corrupção**

Em dezembro de 2021 a EPE renovou um importante compromisso para fins de manter a adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, iniciativa mantida pelo Instituto Ethos. A empresa precisou responder às questões presentes no Guia Temático de Integridade dentro do prazo estipulado.

O Guia Temático é uma ferramenta de gestão das práticas de integridade, apresentando um caminho para as empresas que desejam ter uma gestão socialmente responsável, além de monitorar os compromissos assumidos pelas empresas signatárias do Pacto Empresarial.

Lembramos que a iniciativa é um compromisso voluntário assumido por empresas privadas e públicas, cujo objetivo é uní-las na promoção de um mercado mais íntegro e ético e reduzir as diferentes práticas de corrupção.

Ao se tornarem signatárias do pacto, as empresas assumem o compromisso de divulgar a legislação brasileira anticorrupção para seus funcionários e partes interessadas, a fim de que seja cumprida integralmente. Adicionalmente, as empresas se comprometem a vedar qualquer forma de suborno e primar pela transparência de informações e colaboração em investigações, quando necessário.

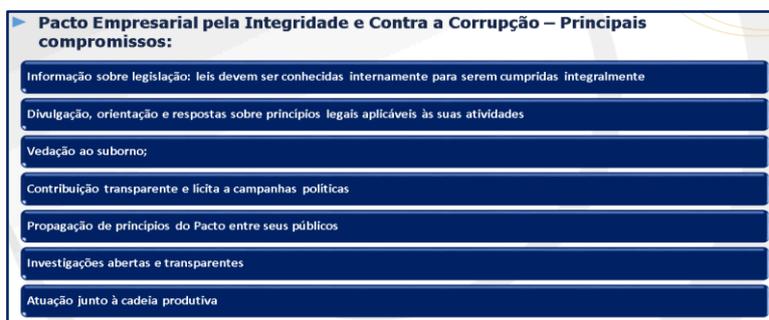


Figura 2 - Principais compromissos assumidos.

### 3.11 Conformidade com a LGPD

No final de 2021 a EPE contratou a empresa High Compliance, por meio do contrato CT-EPE-051-2021, para atuar como parceira da EPE, na execução de ações para assegurar a conformidade da EPE com a LGPD. A empresa atuará no processo e ajudará a conhecermos mais a fundo os conceitos, os requisitos e os elementos básicos exigidos pela Lei e seu paralelo em nossa rotina de trabalho. Esta contratação foi viabilizada pelos esforços da Chefia de Gabinete e da CONJUR/EPE.

Salienta-se que o contrato CT-EPE-051-2021 tem como serviços contemplados: i) o planejamento inicial; ii) o mapeamento do tratamento de dados pessoais na EPE; iii) a análise de adequação da EPE à LGPD; iv) a criação do Programa de Conformidade à LGPD; e v) a assessoria ao encarregado, para implantação do Programa de Conformidade à LGPD.

A CGR tem atuado no monitoramento das ações para conformidade da EPE com a LGPD.

### 3.12 Monitoramento dos Planos de Tratamento - Nova Matriz de Riscos Estratégicos

No 2º e 3º quadrimestres de 2021 deu-se continuidade ao processo de monitoramento dos planos de tratamento visando à mitigação da matriz de riscos estratégicos da EPE. Vale lembrar que a Nova Matriz de Riscos Estratégicos da EPE foi aprovada no 1º quadrimestre de 2021 pelo Conselho de Administração da empresa, em sua 202ª reunião, realizada em 16 de abril de 2021.

Comentado [SM1]: A mitigação é dos riscos e não da matriz

Segue listagem de planos de ação/tratamento alocados na presidência visando à mitigação dos 19 riscos estratégicos da EPE. Destaca-se que os planos de tratamento demarcados em vermelho se referem às medidas de mitigação dos dois riscos com maior nível de prioridade na empresa: o risco R18 – “Insuficiência de recursos orçamentários e financeiros para o cumprimento dos objetivos organizacionais”, com nível de prioridade 20 e o risco R17 – “Força de trabalho insuficiente para o cumprimento das atividades estratégicas”, com nível de prioridade 16.

Nas listagens abaixo destacam-se os planos de ação/tratamento alocados nas Superintendências da Diretoria de Gestão Corporativa e nas áreas de governança da Presidência, para 2021:

<p>Matriz de Riscos Estratégicos Planos de Tratamento</p> <p><b>GABINETE</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> PR.GAB.01.001 - Aprimorar as relações institucionais prevenindo destacamento de pontos focais para atuação junto ao MME/ME e Congresso Nacional.</li> <li><input type="checkbox"/> PR.GAB.01.002 - Aperfeiçoar o ciclo de execução de reuniões do CONCEPE</li> <li><input type="checkbox"/> PR.GAB.01.005 - Agenda Técnica Conjunta das Diretorias</li> <li><input type="checkbox"/> PR.GAB.01.023 - Negociações para a diversificação das fontes de receita da EPE</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>PRESIDÊNCIA</b></p> <p><b>ASSESSORIA (GESTÃO)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> PR.ASS.01.012 - Aferição da maturidade em gestão / governança</li> <li><input type="checkbox"/> PR.ASS.01.013 - Verificação da aderência da Gestão de Projetos à Empresa</li> <li><input type="checkbox"/> PR.ASS.01.014 - Elaboração de Manual e definição de metodologia e normativos para a gestão do PDI</li> </ul> <p><b>ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> PR.PCS.01.004 - Implantação do Programa de Porta Vozes</li> </ul> <p><b>ÁREA DE CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> PR.CGR.01.008 - Aquisição e implantação de soluções tecnológicas para apoio ao Planejamento Estratégico, área de Riscos e Controles Internos</li> <li><input type="checkbox"/> PR.CGR.01.010 - Aprimoramento das campanhas de comunicação e sensibilização</li> </ul> <p><b>ASSESSORIA (FINALÍSTICA)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> PR.ASS.01.007 - Estabelecimento de processo para formalização de demandas por parte do MME</li> </ul> <p><b>CONSULTORIA JURÍDICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> PR.PCI.01.003 - Implementação de Norma de Acordo de Cooperação Técnica</li> <li><input type="checkbox"/> PR.PCI.01.011 - Desenvolvimento dos instrumentos de apuração de responsabilidade</li> </ul>
<p>Matriz de Riscos Estratégicos Planos de Tratamento</p> <p><b>SGP</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> DGC.SGP.01.021 - Elaboração do Dimensionamento da Força de Trabalho</li> <li><input type="checkbox"/> DGC.SGP.01.022 - Estabelecimento de novas relações e formas de captação de recursos humanos (aprimorar movimentação externa, acordos de cooperação, parcerias e interface com SEST e SGP/ME)</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>DIRETORIA DE GESTÃO CORPORATIVA DGC</b></p> <p><b>SRF</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> DGC.SRF.01.024 - Implantação de controle físico, orçamentário e financeiro integrados aos planos estratégicos, táticos e operacionais</li> <li><input type="checkbox"/> DGC.SRF.01.026 - Implementação de Sistemas Integrados para gestão orçamentária</li> </ul> <p><b>STI</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> DGC.STI.01.006 - Automação e data science</li> <li><input type="checkbox"/> DGC.STI.01.015 - Aperfeiçoar o processo de integração da TI com as áreas finalísticas</li> <li><input type="checkbox"/> DGC.STI.01.016 - Realização de ações de capacitação em TI, para usuários e para a equipe de TI</li> <li><input type="checkbox"/> DGC.STI.01.017 - Reformulação do Comitê de TI</li> <li><input type="checkbox"/> DGC.STI.01.018 - Elaboração e divulgação do novo PETI/PDTI</li> <li><input type="checkbox"/> DGC.STI.01.019 - Aperfeiçoamento do processo de Planejamento Orçamentário de TI</li> </ul> <p><b>SRL</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> DGC.SRL.01.009 - Implementação da Gestão Documental</li> <li><input type="checkbox"/> DGC.SRL.01.025 - Elaboração de Manual de Procedimentos de Licitação e Gestão de Contratos</li> </ul>

Em 2021 manteve-se o foco nos resultados dos planos de tratamento inerentes aos dois riscos com maior nível de classificação dentro da matriz de riscos estratégicos (R17: Força de trabalho insuficiente para o cumprimento das atividades estratégicas; e R18: Insuficiência de recursos orçamentários e financeiros para o cumprimento dos objetivos organizacionais), além das ações executadas para tratamento das questões trazidas pela crise hídrica e pela lei de capitalização da Eletrobras, e suas intercorrências que precisam ser observadas pela EPE.

### 3.12.1 Detalhamento das Ações Estratégicas Executadas

Seguem os detalhamentos das atividades realizadas concernentes aos dois principais riscos existentes na matriz de riscos da EPE:

#### **R17: Força de trabalho insuficiente para o cumprimento das atividades estratégicas**

##### **Plano de Tratamento DGC.SGP.01.021:**

<b>Objetivo</b>	Dimensionar a força de trabalho
<b>Entregas/Avanços Realizados em 2021</b>	Realização de benchmarking Reuniões com fornecedores Identificação de fornecedor compatível com os interesses da EPE (UnB) Reuniões de apresentação da proposta para as coordenações da DGC envolvidas Reunião de apresentação da proposta de trabalho para a Diretoria Executiva Obtenção de proposta de trabalho para instrução processual Análise da proposta de trabalho pelas áreas envolvidas da DGC

##### **Plano de Tratamento DGC.SGP.01.022:**

<b>Objetivo</b>	Estabelecer novas relações e formas de captação de recursos humanos (aprimorar movimentação externa, acordos de cooperação, parcerias e interface com SEST e SGP/ME)
<b>Entregas/Avanços Realizados em 2021</b>	Movimentação externa: em negociação de 1 vaga por movimentação consensual. Demais vagas tiveram a movimentação rejeitada pelo Ministério da Economia, sem êxito nas negociações - Edital EPE 01  Ampliação do programa de estágio: novo agente de integração contratado, com estágio alcançando Pós-Graduandos (Mestrando e Doutorandos)



## RELATÓRIO ANUAL DE RESULTADOS 2021



Concurso para reposição de vaga: projeto antecipado. Contratada entidade promotora e publicado no DOU em 07/12/2021, para realização em 2022

Ações adicionais: Ações e Acordos off-Balance - GIZ (diversos), BID-CEBRI (PDI 2021: DEA.03.09), BNDES (O&G-Compensação Florestal – PDI 2021: DEA.03.04), WB-CEPA-CERI (eletromobilidade - estudo de caso SP), BEP (Hidrogênio Azul e Turquesa), CRP IAEA (SMR), PTI-Itaipu, IEA (mercado de carbono), Euroclima+. Acabaram por viabilizar o fornecimento de produtos e serviços dentro do escopo de cada acordo, sem a necessidade de recursos financeiros ou de recursos humanos da própria EPE.

Comentado [SM2]: Está faltando sujeito

### Plano de Tratamento DGC.STI.01.006

<b>Objetivo</b>	Automatizar processos de negócio e gestão, fornecer soluções de Análise e Ciência de Dados e sistemas de informação para a empresa, de forma priorizada e estratégica. Visa, também, a aumentar a produtividade das áreas, entregando soluções tecnológicas mais eficientes, seguras e modernas.
<b>Entregas/Avanços Realizados em 2021</b>	Foram finalizadas as propostas de PETI e PDTI, mantendo alinhamento com o PEI, PN e PDI. Esse plano de tratamento tem ações de curto, médio e longo prazo, onde se levará algum tempo para delinear todas as ações de automatização que sejam possíveis.
<b>Observações Gerais</b>	No último quadrimestre de 2021 foram feitos esforços para o planejamento de ações a serem executadas em 2022.

### R18: Insuficiência de recursos orçamentários e financeiros para o cumprimento dos objetivos organizacionais.

#### Plano de Tratamento PR.GAB.01.023:

<b>Objetivo</b>	Visa a estabelecer negociações para a diversificação das fontes de receita da EPE. O objetivo deste plano de tratamento é de analisar alternativas para diversificar as fontes de receita da EPE
<b>Entregas/Avanços Realizados em 2021</b>	Foi realizada análise sobre possíveis alternativas para a diversificação das fontes de receita da EPE. Encaminhamento, ao MME, de minuta de Decreto para regulamentar a Resolução CNPE nº 002/2021, a qual tramitou junto ao Ministério da Economia e à Casa Civil. Encaminhamento de ofício ao MME indicando as possíveis linhas de ação para a proposição de emendas parlamentares para a EPE para o exercício 2022. A alteração do CNAE da EPE também foi concluída.

Ações adicionais: Ações e Acordos off-Balance - GIZ (diversos), BID-CEBRI (PDI 2021: DEA.03.09), BNDES (O&G-Compensação Florestal – PDI 2021: DEA.03.04), WB-CEPA-CERI (eletromobilidade - estudo de caso SP), BEP (Hidrogênio Azul e Turquesa), CRP IAEA (SMR), PTI-Itaipu, IEA (mercado de carbono), Euroclima+. **Acabaram** por viabilizar o fornecimento de produtos e serviços dentro do escopo de cada acordo, sem a necessidade de recursos financeiros ou de recursos humanos da própria EPE.

Comentado [SM3]: idem

**Plano de Tratamento PR.GAB.01.001:**

<b>Objetivo</b>	Visa a aprimorar as relações institucionais prevendo destacamento de pontos focais para atuação junto ao MME/ME e Congresso Nacional, aproximando a EPE do Poder Legislativo Federal (Senado Federal e Câmara dos Deputados), assim como das diferentes áreas do Ministério da Economia e do próprio Ministério de Minas e Energia
<b>Entregas/Avanços Realizados em 2021</b>	<p>As equipes da EPE participaram de reuniões de alinhamento com as diferentes secretarias do Ministério da Economia visando a oferecer esclarecimentos sobre temas técnicos cobertos pela EPE, como geração distribuída, mercado de carbono no Brasil, estudos de planejamento energético, dentre outros. O Ministério de Minas e Energia também acompanhou parte dessas interações.</p> <p>Foram realizadas reuniões com a Assessoria Parlamentar sobre assuntos relacionados ao setor de energia;</p> <p>Ocorreu a estruturação, em caráter experimental, de grupo de acompanhamento, no âmbito da Presidência, para temas técnicos de interesse da EPE.</p> <p>A EPE participou em Audiências Públicas e reuniões técnicas convocadas pela Câmara dos Deputados e Senado Federal sobre temas relacionados ao setor energético.</p>

As equipes da EPE participaram de reuniões de alinhamento com as diferentes secretarias do Ministério da Economia visando a oferecer esclarecimentos sobre temas técnicos cobertos pela EPE, como geração distribuída, mercado de carbono no Brasil, estudos de planejamento energético, dentre outros. O Ministério de Minas e Energia também acompanhou parte dessas interações.

**3.12.2 Plano de Tratamento considerando a Atual Conjuntura Hídrica**

Diante da atual conjuntura hídrica observada para os reservatórios de usinas hidrelétricas localizadas no Centro-Sul do Brasil, uma nova condição para o suprimento de energia elétrica se realizou nos últimos meses, em especial por conta do registro das piores médias de chuvas para o período úmido nos últimos

91 anos. A EPE, como um dos órgãos que integram o setor elétrico brasileiro, tem atuado de forma intensa, no âmbito das suas competências legais, na proposição de soluções e no acompanhamento dos desdobramentos das principais decisões que estão sendo tomadas para garantir o abastecimento elétrico do país.

Destacam-se, então, os principais marcos do Plano de Tratamento “Análise crítica, pela perspectiva do planejamento energético, do suprimento de energia elétrica no país a partir da atual conjuntura hídrica”.

<b>Principais ações constantes do Plano de Negócios 2021 (considerados controles já existentes, para o risco em questão)</b>	Estudos relacionados às restrições operativas de UHEs (DEA.03.05); Revisões trimestrais da carga (DEA.01.05); Leilões de geração de energia no ACR (DEE.01.01); Manutenção e desenvolvimento de modelos (DEE.01.04); Estudos de planejamento da expansão da transmissão (DEE.01.07); CPAMP: acompanhamento dos temas 2021-2022 (DEE.02.02); Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) (PR.01.01); Cenários de emissões do setor energético (PR.03.04).
<b>Objetivos e Justificativas</b>	A partir dos controles já implementados na EPE, a presente ação tem como objetivo principal reduzir e mitigar os riscos associados aos objetivos estratégicos relacionados aos principais processos finalísticos da empresa, bem como sua interrelação com a sociedade. Dado o contexto hídrico atual e a possibilidade de extensão de seus efeitos ainda para o próximo ano, a adoção de medidas tempestivas pela EPE torna-se imprescindível para garantir que o planejamento de médio e longo prazo reflita, de forma não enviesada, seja efetivado com maior realismo. Para tanto, a identificação de possíveis aprimoramentos e o diagnóstico preciso da conjuntura atual são fundamentais.
<b>Responsáveis</b>	A presidência da EPE é responsável direta pelo plano de tratamento, tendo a Diretoria de Estudos de Energia Elétrica – DEE e a Diretoria de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais – DEA envolvidas na condução das ações e atividades.
<b>Riscos mitigados pela ação</b>	R1 - Perda de relevância como ator ou efetividade no processo; R2 - Perda de eficácia do planejamento energético; R4 - Inadequação da comunicação junto às partes interessadas; R5 - Desalinhamento técnico com a realidade, tendências de mercado ou políticas públicas; R8 - Dificuldades de responder tempestivamente às demandas urgentes do MME, do CNPE e do Congresso Nacional.
<b>Objetivos estratégicos</b>	S01 - Estimular a modernização do ambiente de negócios e dos mecanismos de desenvolvimento da infraestrutura de energia no Brasil;

atingidos pelos riscos	<p>S02 - Fortalecer o diálogo com os múltiplos agentes do setor energético e demais partes interessadas, buscando consensos na promoção da transição energética nacional;</p> <p>PF01 - Aprimorar a indicação de oportunidades de investimentos no setor de energia, de forma integrada e isenta, visando a segurança energética nacional.</p> <p>PF04 - Aprimorar o assessoramento ao Ministério de Minas e Energia e as entidades responsáveis pela formulação da Política Energética Nacional.</p>
Avanços realizados – 1º quadrimestre de 2021	<p>Acompanhamento/assessoramento técnico ao CMSE e à CPAMP;</p> <p>Participação na CPAMP para revisão dos parâmetros de aversão ao risco.</p>
Avanços realizados – 2º quadrimestre de 2021	<p>Acompanhamento/assessoramento técnico ao CMSE e à CREG;</p> <p>Realização de ajustes no cronograma e na metodologia do PDE 2031;</p> <p>Monitoramento das demandas de imprensa sobre a atual conjuntura hídrica, com vistas ao melhor atendimento das solicitações;</p> <p>Participação nas discussões do novo Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH);</p> <p>Participação na CPAMP para revisão dos parâmetros de aversão ao risco.</p>
Avanços realizados – 3º quadrimestre de 2021	<p>Acompanhamento/assessoramento técnico ao CMSE e à CREG;</p> <p>Definição das bases necessárias para formalização de novo acordo operacional com NOS;</p> <p>Contratação sobre mudanças climáticas e setor de energia;</p> <p>Interação com instituições de pesquisa para melhor incorporação das mudanças climáticas no planejamento do setor;</p> <p>Interação com instituições de pesquisa para a incorporação das mudanças climáticas no planejamento do setor;</p> <p>Suporte técnico para o MME na realização do Procedimento Simplificado de Contratação;</p> <p>Revisão do Plano de Comunicação Externa, visando incluir novas partes interessadas e canais de relacionamento;</p> <p>Diagnóstico das oportunidades de melhoria para o planejamento energético;</p> <p>Aproximação institucional com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, com foco no planejamento;</p> <p>Participação na CPAMP para revisão dos parâmetros de aversão ao risco.</p>

Os objetivos almejados foram alcançados. O escopo do plano de tratamento foi observado e o cronograma executado conforme planejado em 2021. Novas ações serão necessárias em 2022.

### 3.12.3 Impactos da Lei nº 14.182/2021

A promulgação da lei de capitalização da Eletrobras trouxe uma série de comandos voltados para o planejamento energético. Dada a atuação da EPE no suporte ao MME para o planejamento energético nacional, torna-se imperioso avaliar os impactos da Lei nº 14.182/2021 sobre os principais produtos e atividades da EPE.

Destacam-se, então, os principais marcos do Plano de Tratamento “Análise dos impactos da Lei nº 14.182/2021 sobre as atividades e produtos da EPE”.

<b>Principais ações constantes do Plano de Negócios 2021 (considerados controles já existentes, para o risco em questão)</b>	Cálculos e Revisões de Garantia Física (DEE.02.01); Acompanhamento Estruturado de Temas de Interesse no Âmbito Legal e Regulatório do Setor de Energia (PR.03.05).
<b>Objetivos e Justificativas</b>	A presente ação tem como objetivo identificar de que forma os comandos contidos na Lei nº 14.182/2021 impactam as atividades desenvolvidas pela EPE no âmbito do suporte que a empresa oferece ao MME para o planejamento energético do país.
<b>Responsáveis</b>	A presidência da EPE é responsável direta pelo plano de tratamento, tendo a Diretoria de Estudos de Energia Elétrica – DEE, a Diretoria de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais – DEA e a Diretoria de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis – DPG envolvidas na condução das ações e atividades.
<b>Riscos mitigados pela ação</b>	R1 - Perda de relevância como ator ou efetividade no processo; R2 - Perda de eficácia do planejamento energético; R5 - Desalinhamento técnico com a realidade, tendências de mercado ou políticas públicas.
<b>Objetivos estratégicos atingidos pelos riscos</b>	S01 - Estimular a modernização do ambiente de negócios e dos mecanismos de desenvolvimento da infraestrutura de energia no Brasil; PF01 - Aprimorar a indicação de oportunidades de investimentos no setor de energia, de forma integrada e isenta, visando a segurança energética nacional.
<b>Avanços realizados – 1º quadrimestre de 2021</b>	Monitoramento da tramitação da Medida Provisória no Congresso Nacional.
<b>Avanços realizados – 2º</b>	Formalização de grupo técnico interno para avaliar os impactos da referida Lei; Elaboração de relatório contendo análise do impacto sobre os produtos e atividades da EPE.



**RELATÓRIO ANUAL DE RESULTADOS  
2021**



<b>quadrimestre de 2021</b>	
<b>Avanços realizados – 3º quadrimestre de 2021</b>	<p>Suporte ao MME para a viabilização da capitalização da Eletrobras (cálculos de garantia física, valor novo de reposição, Angra 3);</p> <p>Incorporação das medidas à metodologia do PDE 2031;</p> <p>Realização de reuniões de alinhamento com o MME para destacar os resultados do relatório;</p> <p>Assessorar o MME no planejamento dos leilões de reserva de capacidade previstos na Lei;</p> <p>Acompanhamento da regulamentação da referida Lei.</p>

Os objetivos almejados foram alcançados. O escopo do plano de tratamento foi observado e o cronograma executado conforme planejado em 2021. Essa ação encerra-se em 2021.

### 3.12.4 Demais Planos de Tratamento que se destacaram em 2021

Na tabela abaixo observa-se relação riscos versus planos de tratamento que mais se destacaram.

<b>RISCO</b>	<b>Plano de Tratamento</b>	<b>Entregas/Avanços em 2021</b>
R2: Perda de eficácia do planejamento energético	Reestruturação e fortalecimento do conselho consultivo da EPE (CONCEPE) OBS: Nome anterior do plano de tratamento: Aperfeiçoar o ciclo de execução de reuniões do CONCEPE.	Realização da primeira reunião do ciclo de gestão 2021-2024 Apreciação do novo Regimento Interno pelos conselheiros Divulgação de informações detalhadas sobre o CONCEPE no site da EPE (atas, portarias, deliberações e regimento interno) A 17ª reunião do CONCEPE foi realizada em dezembro, havendo sugestão do Presidente Substituto do CONCEPE para organizar as proposições feitas pelo Conselho à EPE
R9: Práticas não eficazes de gestão e dificuldades de garantia da conformidade;	Implantação da gestão documental	Documentação do projeto elaborada (Termo de Abertura de Projeto, Estrutura Analítica de Projeto, Cronograma, Matriz de Riscos, Metas e Indicadores, Metodologia de Monitoramento de Resultados) Papéis e responsabilidades inerentes ao projeto de implantação da gestão documental identificados Manifestação de interesse na implantação do Super.BR encaminhada à SG/SEME Contratação de serviços especializados de gestão documental e arquivista em andamento Ofício do Arquivo Nacional sobre validação da implantação do projeto piloto

RISCO	Plano de Tratamento	Entregas/Avanços em 2021
		<p>Cronograma do projeto revisado pelo Arquivo Nacional</p> <p>Reuniões de monitoramento com Arquivo Nacional e MME</p> <p>Validação da implantação do projeto piloto pelo Arquivo Nacional</p> <p>Cronograma do projeto revisado</p> <p>Relatório do diagnóstico básico concluído (sem levantamento documental das áreas)</p> <p>Composição da CPAD concluída</p>
<p>R9: Práticas não eficazes de gestão e dificuldades de garantia da conformidade;</p> <p>R11: Indisponibilidade ou falta de qualidade das informações;</p> <p>R12: Inexecução do Planejamento Estratégico</p>	<p>Aquisição e implantação de solução tecnológica para apoio ao Planejamento Estratégico, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos</p>	<p>Elaboração, Revisão e Aperfeiçoamento dos Termos de Referência com vistas à: (i) contratação das soluções de software de apoio para o planejamento estratégico e gerenciamento de riscos; e (ii) contratação de consultoria especializada para realização de diagnóstico do Sistema Normativo - Concluídos e entregues à DGC/DRL/LIC</p> <p>Término do processo de pregão eletrônico com assinatura de contrato com a proponente vencedora do edital visando a contratação de solução de apoio para o planejamento estratégico, gerenciamento de riscos e controles internos. Disponibilização das licenças e discussão sobre o cronograma de implantação e condução do projeto. Início da implantação do sistema.</p> <p>OBS: A implantação ocorrerá no 1º quadrimestre de 2022.</p>
<p>R11: Indisponibilidade ou falta de qualidade das informações</p>	<p>Cultura organizacional em Gestão de Projetos.</p> <p>OBS: Nome anterior do plano de tratamento: Verificação da Aderência da Gestão de projetos à empresa.</p>	<p>Elaboração de formulário pesquisa/formulário online com vistas à prospecção e ao levantamento de informações acerca do grau de conhecimento em Gestão de Projetos tanto pelas áreas que compõem a estrutura organizacional, quanto pelos colaboradores</p> <p>Testes de uso do MS Planner para gerenciamento dos Projetos Estratégicos</p> <p>Iniciativas da DGC de uso da Metodologia de Gestão de Projetos da EPE nos Projetos Estratégicos da área</p> <p>Contratação da solução para o Planejamento Estratégico e Gestão de Riscos, que permite o gerenciamento dos projetos estratégicos</p>
<p>R19: Deficiência de controle físico, orçamentário e financeiro trazendo prejuízos e atrasos ao cumprimento dos objetivos de negócio</p>	<p>Aprimoramento da integração entre os instrumentos de planejamento da gestão</p> <p>OBS: Nome anterior do plano de tratamento:</p>	<p>Termo de Abertura do Projeto (TAP)</p> <p>Cronograma</p> <p>Levantamento de todas as necessidades de melhoria de cada instrumento de planejamento e início do tratamento das soluções para os pontos levantados, assim como</p>

RISCO	Plano de Tratamento	Entregas/Avanços em 2021
	Implantação de controle físico, orçamentário e financeiro integrados aos planos estratégicos, táticos e operacionais	sugestões de melhoria de integração entre os planos e internas de cada instrumento Elaboração de 2 notas técnicas, que foram apresentadas à Diretoria da DGC e à Presidência

### 3.13 Síntese do Processo de Gestão de Riscos

#### 3.13.1 Levantamento dos Riscos junto às áreas e Superintendências da Empresa

A fim de difundir a metodologia de gestão e Riscos e fazer cumprir a base metodológica e normativa, a área de CGR mantém um trabalho de levantamento de Riscos, em conjunto com o Comitê de Governança, Riscos, Integridade e Controles Internos (CGRIC-X), para cada uma das Superintendências, voltando-se para os macroprocessos e competências de cada área.

Os seguintes temas foram tratados por cada Superintendência:



## Mapas de Calor

### Mapa de Calor – Riscos Inerentes

Riscos Inerentes		Probabilidade				
		Muito baixa (improvável)	Baixa (pouco provável)	Média (possível)	Alta (provável)	Muito alta (frequente)
Impacto	Desprezível			R1.1	R23	
	Baixo	R64	R24	R8; R22; R31; R68; R69; R70; R74; R80	R26; R27; R28; R29; R30; R33; R65; R66; R67	R7; R20; R21; R32; R71
	Crítico		R3; R14; R16; R17; ;R75	R15; R15.1; R37; R48; R49; R72; R81	R6; R19; R39	R4
	Grave	R76; R82	R1.3; R2.1; R2.2; R14.1; R60; R61; R62; R63; R80; R80.1	R3.2; R12; R18; R34; R40; R43; R47; R59; R73; R77; R77.1; R82	R5; R25; R36; R41; R42; R44; R46	R1; R3.1; R9; R45
	Gravíssimo	R50	R1.2; R2; R11; R35; R38; R54; R55; R56; R57	R10; R52; R53; R58; R78.3; R79	R13; R78; R78.1; R78.2	R51

### Mapa de Calor – Riscos Residuais

Riscos Residuais		Probabilidade				
		Muito baixa (improvável)	Baixa (pouco provável)	Média (possível)	Alta (provável)	Muito alta (frequente)
Impacto	Desprezível	R1.1; R23	R30; R33	R26; R32; R78.3		
	Baixo	R8; R14; R18; R24; R25; R29; R34; R64; R65; R67; R69; R70; R74; R75; R76	R22; R28; R31; R66; R68; R71	R7; R19; R20; R21; R27		
	Crítico	R3; R14.1; R16; R17; R48; R49; R50; R73; R81	R15; R15.1; R37; R39; R72	R4; R6	R9	
	Grave	R1; R1.2; R1.3; R2; R2.1; R2.2; R3.1; R3.2; R43; R47; R59; R60; R61; R62; R63; R77; R77.1; R80; R80.1; R82	R36; R40; R41; R42; R44; R45; R46	R5; R12		
	Gravíssimo	R35; R38; R51; R53; R54; R55; R56; R57; R78; R78.1; R78.2; R79	R11; R13; R52; R58	R10		

Risco R10: Comprometimento à segurança e integridade física

No final de 2021 o Risco 10 - **Comprometimento à segurança e integridade física** se manteve em um nível alto. O risco passou para a responsabilidade da DGC e necessita de mais discussões sobre as medidas possíveis de mitigação, que deverão ocorrer no 1º quadrimestre de 2022.

O nível de classificação dos riscos **52 “Insuficiência de recursos Financeiros para financiar todas as despesas da EPE”** e **53 “Insuficiência de profissionais com formação em ciências contábeis”** foi diminuído. As ações efetuadas para mitigar o risco 52 encontram-se refletidas nos Planos de Tratamento voltados ao Risco 18 da matriz de riscos estratégicos da EPE. Para

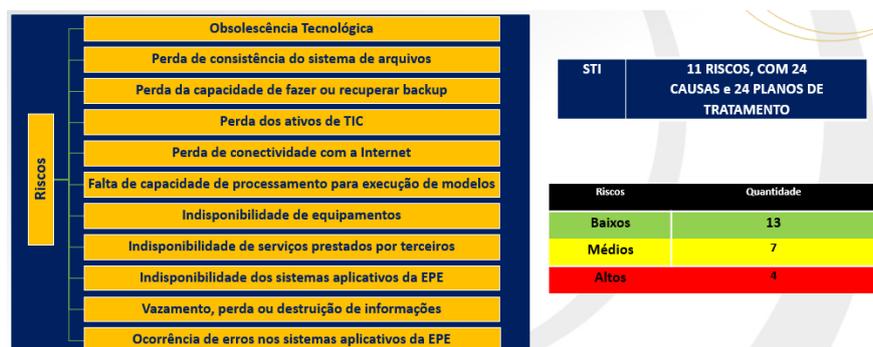
tratamento do **Risco 53 “Insuficiência de profissionais com formação em ciências contábeis”** foi assinado o contrato CT-EPE-015-2021 visando a terceirização da contabilidade. Com isso, esse risco tão importante e que afeta o processo de demonstrações financeiras acaba por ser mitigado.

### 3.13.2 Análise de Riscos de Tecnologia da Informação-TI/Segurança da Informação e das Comunicações-SIC

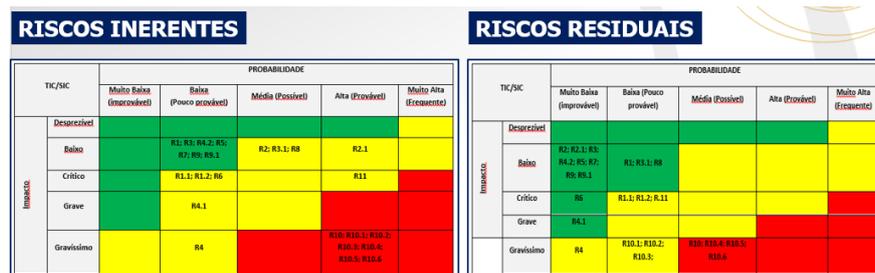
Em 2021 destacaram as seguintes ações relacionadas à gestão dos riscos de TI/SIC:

- Foram identificados, registrados e gerenciados os riscos relativos aos ativos, produtos e serviços de Tecnologia da Informação e os riscos relacionados à Segurança da Informação e Comunicações;
- Foram mapeados e monitorados todos os riscos identificados que possam comprometer a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade da informação gerada no âmbito das atividades da EPE.
- Foi realizado o monitoramento do status das ações e atividades que visam a continuamente mitigar as causas e os possíveis efeitos e consequências dos riscos cibernéticos, cada vez mais comuns e complexas no mundo atual.

Na figura abaixo observam-se a listagem de riscos mapeados e os quantitativos devidos:



Descreve-se na figura a seguir uma visão gráfica comparativa dos riscos inerentes versus riscos residuais.



Nesse ano também foram percebidos e registrados avanços de governança, tanto de TI, quanto nos aspectos de SIC, destacando-se aqui:

- A intensificação das atividades do Comitê de TIC, com a revisão e aprovação de seu regimento interno;
- Busca de integração do Comitê de TIC com o comitê de Planejamento Estratégico;
- Utilização de consultorias do Gartner sobre assuntos diversos como aspectos relacionados à SIC;
- Reativação do Comitê de SIC e revisão de seu regimento interno;
- Criação de GT para revisão da Política e da Norma de SIC;
- Criação de GT para elaboração de campanhas e treinamentos relativos à SIC.

Percebe-se em 2021 uma ampla evolução dos aspectos de governança, tanto dos aspectos de TIC, quanto nos aspectos de SIC. Contudo, conforme vislumbramos diariamente, em todos os tipos e formas de meios de comunicação, o risco de que uma empresa seja vítima de um acidente cibernético que paralise temporariamente suas atividades e prejudique de forma irremediável sua imagem é cada vez maior. Dessa forma, torna-se relevante o monitoramento constante dos riscos envolvidos e o contínuo investimento da empresa nas ações de mitigação, para que esses riscos não se materializem.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2021 destacaram-se os seguintes pontos relacionados aos temas de Governança, Riscos, Integridade e Controles internos da EPE:

- A elaboração e aprovação da Nova Matriz de Riscos Estratégicos, aperfeiçoando a metodologia de gestão de riscos da EPE e sua interação com o Planejamento Estratégico Institucional, além de contar com uma ampla participação do corpo gerencial da empresa.
- Participação do processo Empresa Pró Ética com resultado positivo para a continuidade da EPE no processo, obtendo-se uma análise detalhada de nosso Programa de Integridade e do apontamento de pontos de melhoria.
- Aprovação dos novos Programa e Plano de Integridade da EPE, anexando novos instrumentos e controles internos correlacionados ao tema Integridade, mitigando-se ainda mais os riscos de integridade.
- Contratação de consultoria, envolvendo o fornecimento de licenças, de ferramenta de software visando a automatização e eficiência dos trabalhos relacionados à gestão estratégica da empresa, à gestão de riscos e controles internos, de forma integrada. A implantação deve ser conduzida em 2022.
- Contratação de consultoria para realização de diagnóstico do Sistema Normativo da EPE, visando seu futuro aperfeiçoamento. O desenvolvimento do projeto se dará no início de 2022.
- Continuidade do processo de monitoramento da Nova Matriz de Riscos Estratégicos, onde foram levantadas informações sobre os 26 planos de tratamento priorizados para 2021. Outros 11 projetos terão início em 2022. Em 2021 foram priorizadas ações voltadas para mitigação dos dois principais riscos constantes na matriz (Risco 17 - Força de Trabalho insuficiente; Risco 18 - Insuficiência de recursos orçamentários e financeiros). Além do tratamento das questões relacionadas aos

problemas trazidos pela Conjuntura Hídrica e aos pontos necessários aos reflexos da Lei de capitalização da Eletrobrás nos produtos e serviços da EPE;

- Continuidade do processo de análise e monitoramento dos riscos operacionais das áreas e superintendências. Neste quadrimestre o Risco 10 - **Comprometimento à segurança e integridade física** se manteve em um nível alto. O risco passou para a responsabilidade da DGC e necessita de mais discussões sobre as medidas possíveis de mitigação, que deverão ocorrer no 1º quadrimestre de 2022;
- Recebimento de certificado referente ao 5º ciclo de avaliação do indicador IG-SEST, denotando o bom resultado da EPE e a manutenção do foco da empresa no atendimento de todos os marcos e pilares de Governança Corporativa;
- Recebimento de Relatório enviado pelo TCU demarcando o término do processo de fiscalização do TCU visando à coleta de dados das organizações jurisdicionadas sobre governança organizacional e gestão públicas (trabalho conhecido como iGG), com a emissão de relatório específico para a EPE;
- Realizou-se análise dos principais riscos referentes à governança e ao tratamento de dados pessoais inerentes à falta de conformidade com os requisitos estabelecidos pela LGPD. Os riscos foram mitigados frente a contratação de consultoria visando a implantação do Programa de Governança e Privacidade de dados da EPE.

Por fim, salienta-se que todos os pontos levantados acima denotam a relevância dos aspectos de governança, riscos, integridade e controles internos para a empresa e fazem parte de um ciclo contínuo de melhoria corporativa, com uma correlação direta com o Planejamento Estratégico Institucional, Objetivo Estratégico “Fortalecer a cultura de governança, visando a consolidação da



**RELATÓRIO ANUAL DE RESULTADOS  
2021**



gestão estratégica, de riscos e integridade, em consonância com as diretrizes governamentais e as melhores práticas do mercado”.

